

UMA GUERRA DE “HOMENS-APTIDÃO”: MURILO BRAGA E OS PROJETOS PARA MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A WAR OF “APTITUDE-MEN”: MURILO BRAGA AND THE PROJECTS TO MOBILIZE THE BRAZILIAN POPULATION DURING WORLD WAR II

Celso Fernando Claro de Oliveira¹

RESUMO: Entre maio e dezembro de 1942, Murilo Braga, então diretor de seleção de pessoal do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), atuou como enviado do governo brasileiro nos Estados Unidos. Nessa ocasião, ele chefiou uma comissão oficial cuja finalidade era estudar os programas de mobilização do *front* doméstico daquele país para, posteriormente, adaptá-los à realidade brasileira. Suas experiências foram registradas em uma rica troca de correspondências com membros da administração estadonovista, além de render um relatório contendo projetos para o *front* interno nacional. O presente artigo tem por objetivo debater a produção documental legada por Braga a fim de compreender a relevância de sua comissão no contexto da Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Murilo Braga; Segunda Guerra Mundial; *front* doméstico brasileiro.

ABSTRACT: Between May and December 1942, Murilo Braga, director of selection of personnel of the Administrative Department of Public Service (DASP), served as envoy of the Brazilian government in the United States. On that occasion, he was in charge of an official commission whose purpose was to study the programs concerning the home front mobilization of that country and, later, to adapt them to the Brazilian reality. His experiences were recorded in a rich exchange of correspondence with members of the Brazilian administration,

* O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido na instituição à qual autor encontra-se vinculado. O trabalho apresenta discussões inéditas, bem como aprofunda alguns debates presentes na tese de doutoramento do autor a respeito de uma documentação ainda pouco explorada pela historiografia brasileira. Registra-se ainda um agradecimento ao Prof. Francisco César Alves Ferraz, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pelos debates durante a elaboração do artigo e também a Felipe Martim Pamplona pelos cuidados com a revisão do material.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor EBTT do Instituto Federal do Paraná - Campus Pitanga. Email: celso.oliveira@ifpr.edu.br

as well as a report presenting projects for the national domestic front. The aim of this article is to discuss the documentary production written by Braga in order to understand the relevance of his commission in the context of World War II, as well as to evaluate its developments in the Brazilian political scene.

KEYWORDS: Murilo Braga; World War II; Brazilian home front.

A trajetória de Murilo Braga no funcionalismo público brasileiro

Murilo Braga de Carvalho (1912-1952) alcançou projeção devido ao reconhecimento de seus trabalhos à frente de estratégias para seleção e alocação de servidores no funcionalismo público durante o governo Vargas. Nascido na cidade piauiense de Luzilândia, mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, onde cursou humanidades no Colégio Pedro II. Em 1936, iniciou sua trajetória profissional no serviço público, atuando como assistente de Manoel Lourenço Filho no Instituto de Educação. No ano seguinte, bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil, obtendo destaque como orador.²

Lourenço Filho foi um dos mais importantes educadores brasileiros da primeira metade do século XX e, ao longo de sua carreira, buscou conhecer as diferentes correntes teóricas que permeavam os debates internacionais nesse campo. Entre os anos 1920-1930, entrou em contato com novas vertentes educativas surgidas nos Estados Unidos, como o pragmatismo e as teorias funcionalistas. Por meio de Lourenço Filho, Braga aproximou-se de tais tendências, as quais exerceram forte influência sobre suas concepções a respeito da educação.

É importante destacar que a teoria do pragmatismo estadunidense vinha ganhando forças devido às significativas transformações que ocorreram no sistema capitalista ao início do século XX. Seus pensadores acreditavam que as instituições educacionais deveriam produzir conhecimentos científicos capazes de auxiliar na organização de sociedades que se tornavam cada vez mais urbanas, industrializadas e exigiam maiores níveis de diversificação e

² 50 vidas pedidas no mistério do “Presidente”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1952, p. 2.

especialização profissional. Desse modo, acreditavam os estudiosos, seria possível preservar o desenvolvimento da economia capitalista. A circunstância da Primeira Guerra Mundial, por sua vez, contribuiu para fomentar a ideia de que as sociedades desenvolvidas deviam se organizar de forma racional para superar momentos de crise. Nesse sentido, as instituições educacionais despontavam como aliadas do Estado na elaboração e aplicação de métodos adequados à formação de uma mão-de-obra apta a lidar com períodos de mudanças abruptas.³

Partindo desses princípios, Lourenço Filho buscou constituir um arcabouço pedagógico próprio, demonstrando grande preocupação em tornar as instituições de ensino órgãos eficientes e atuantes na concretização de um grande projeto nacional.⁴ Influenciado por essa visão, Braga concentrou seus esforços em questões relacionadas à preparação e organização de uma mão-de-obra especializada, homogênea e capaz de suprir as necessidades econômicas do Brasil. Para ele, a superação de adversidades só seria possível por meio de ações lógicas e do estabelecimento de prioridades a serem delineadas conforme o contexto vigente.

Junto ao Instituto de Educação, Braga realizou cursos de formação pedagógica, atividades administrativas e de docência, ganhando notoriedade como um dos principais defensores da aplicação de testes admissionais para a seleção de estudantes. Tais testes remetiam diretamente à psicologia educacional estadunidense, pois tinham por objetivo classificar de forma lógica e impessoal os concorrentes, identificando suas habilidades. Assim, pensava-se ser possível prever quais dos candidatos seriam capazes de concluir os cursos de forma satisfatória.⁵ A experiência levou Braga a ser indicado para elaborar e

³ A respeito da trajetória de Lourenço Filho, vide SGANDERLA, A. P.; CARVALHO, D. de. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, s/v, n. 26, p. 173-190, jun. 2008.

⁴ WARDE, M. J. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.3, n. 5, p.125-167, jan./jun. 2003.

⁵ Um depoimento de Everardo Backheuser, diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, atesta que o modelo de testes adotado pelo Instituto de Educação estava em consonância com os princípios do pragmatismo: “É um tipo de teste aplicável às massas compactas dando resultados quantitativos de apreciável [sic] valor”. BACKHAUSER, E. Admissão ao Instituto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 24 fev. 1937.

coordenar a realização do concurso público para o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários de 1937, que serviu para lançar as bases do modelo de concurso público ainda predominante no Brasil.⁶

Em 1938, Braga foi nomeado para a Diretoria de Psicologia Aplicada do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Idealizado por Lourenço Filho, o INEP tinha entre seus objetivos atuar como um centro de estudos de temas relacionados à educação no Brasil e estabelecer uma rede de contatos com educadores de renome no exterior. A Diretoria de Psicologia Aplicada estava diretamente relacionada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado pelo governo varguista a fim de garantir a eficiência dos serviços estatais com base na organização e inspeção do funcionalismo público. Entre as atribuições conferidas ao órgão, estava a prestação de auxílio aos “trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União”.⁷ Ao final do mesmo ano, Braga foi aprovado no concurso para técnico de educação junto ao Ministério da Educação e Saúde, tornando-se funcionário de carreira do INEP.⁸

Em junho de 1939, Braga foi nomeado para o cargo de diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP, assumindo, portanto, a responsabilidade pela realização dos concursos públicos para as carreiras do funcionalismo brasileiro. Tal prestígio rendeu-lhe maior aproximação do presidente Getúlio Vargas. Aliás, é interessante observar que ambos adotaram discursos convergentes a respeito da seleção de pessoal para o funcionalismo – seus pensamentos eram profundamente marcados por um viés utilitarista e

⁶ CÂMARA, H. Revelação de administrador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 ago. 1937.

⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

⁸ Os concursos do D.A.S.P. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 04 nov. 1938.

pragmático, que associava os servidores públicos a um grande projeto nacional capitaneado por um Estado forte.⁹

A partir de 1940, Braga também realizou conferências em que defendeu seus ideais, chegando a publicar algumas de suas falas. Suas atividades prosseguiram até 1942, quando partiu rumo aos Estados Unidos com o objetivo de acompanhar o processo de mobilização civil naquele país. A documentação disponível no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) não oferece informações que nos permitam analisar e compreender a versão oficial que justificasse o caráter daquela missão. Um levantamento realizado em parte dos jornais diários que circularam no Rio de Janeiro daquele período, por sua vez, revelou-nos que a viagem foi aprovada por Vargas em meados de abril de 1942.¹⁰

No Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) assumiu o papel de centralizar e controlar os meios de comunicação do país, tendo por objetivo divulgar a imagem de um Estado forte e um discurso de uniformidade nacional que preservasse as bases de apoio do governo.¹¹ A imprensa desenvolveu formas de resistência a essa tentativa de controle, muito embora a administração estadonovista tenha se mostrado bastante hábil em utilizar os meios de comunicação para divulgar seus feitos a fim de angariar respaldo popular. Nesse cenário, emergiu o jornal *A Manhã*, que atuava como porta-voz do governo varguista¹²: tal órgão veiculou uma reportagem elogiosa a

⁹ Em seu discurso de posse, Braga salientou que “o seu programa era o programa da República, isto é, o programa traçado pelo Sr. Presidente Vargas e pelo Sr. Presidente do DASP”. No DASP. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 28 jun. 1939.

Vargas, por sua vez, manifestou-se da seguinte maneira a respeito dos métodos de concurso público desenvolvidos por Braga: “realmente é curioso verificar como os processos usados pelo DASP estão revelando não só as qualidades, como as deficiências do ensino e as zonas onde o trabalho atende mais as necessidades da vida prática [sic]”. Terminado o grande concurso de escrivães. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 03 set. 1940.

¹⁰ O sistema de seleção de pessoal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 abr. 1942.

¹¹ A estrutura do DIP vinha sendo desenvolvida desde os primeiros anos do governo Vargas. Suas frentes de atuação incluíam, entre outras iniciativas, o monopólio de informações, a censura e a produção de propaganda governamental. GOULART, S. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 21-22, 24-28 e 60.

¹² Fundado em um período de forte investimento em estratégias de propaganda, o jornal *A Manhã* acumulou os papéis de principal colaborador e divulgador dos projetos do governo na imprensa, defendendo-os como essenciais para a formação de um ‘novo’ Brasil sob a liderança

respeito de Braga poucos dias após sua partida. Seguindo o formato comum das publicações oficiais destinadas à circulação na imprensa durante o Estado Novo, o texto descreveu Braga como um dos “melhores e mais brilhantes elementos” do DASP e buscou reforçar a importância de seus trabalhos no exterior para a efetivação dos projetos nacionais capitaneados por Vargas.¹³

O artigo em questão assinalava que Braga visitaria instituições ligadas à mobilização do esforço doméstico de guerra estadunidense, como também afirmava que o objetivo de sua ida ao exterior era conhecer os diferentes órgãos responsáveis pela seleção de pessoal especializado e coletar informações para aperfeiçoar tais iniciativas no Brasil. Muitos dos argumentos utilizados ao longo da reportagem evocam tanto a postura tecnicista do Estado Novo, quanto as críticas do discurso oficial à situação do país antes da chegada de Vargas ao poder. Podemos citar, como exemplos, a defesa de modelos de seleção considerados adequados às necessidades nacionais e a importância da ruptura com as práticas clientelistas que imperavam nos processos de seleção para o serviço público.¹⁴ A eventual necessidade de mobilização da população brasileira para o esforço doméstico de guerra foi, nesse sentido, tratada pelo *A Manhã* como uma preocupação distante.

Devido às estratégias de controle exercidas pelo Estado Novo, periódicos como *A Noite*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil* endossaram o discurso oficial a respeito da viagem de Braga.¹⁵ Dos casos citados, apenas a

de Vargas. O periódico contava com diagramação moderna, excelente acervo imagético e contribuições de intelectuais de renome. ARIENTI, D. P. *Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia: Trajetórias intelectuais, projetos políticos e função social da inteligência*. Florianópolis, SC: 2014. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História Cultural ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 235-237.

¹³ O "DASP" e a obra que êle vem realizando na seleção de novos valores brasileiros. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5 e 8, 16 mai. 1942.

¹⁴ Entre as declarações de Braga ao jornal, destacamos: “Não vai longe a época em que um ‘filhotismo’ inconsciente povoava as nossas repartições de nulidades absolutas, desencorajando valores reais que fugiam à humilhação de uma derrota certa, à míngua de pistolões influentes ou da possibilidade de oferecer propinas ao juri. É bem outro, agora, o panorama”. O "DASP" e a obra que êle vem realizando na seleção de novos valores brasileiros. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5 e 8, 16 mai. 1942.

¹⁵ Para estudar os melhores métodos de escolha do pessoal administrativo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 abr. 1942; O sistema de seleção de pessoal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 abr. 1942; Viajantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 12 mai. 1942.

primeira folha diária – que, aos moldes do *A Manhã*, também atuava como órgão oficial do Estado Novo¹⁶ – teceu uma relação mais direta entre o papel da comissão chefiada por Braga no estrangeiro e o possível envolvimento do Brasil na guerra:

O DASP, em exposição de motivos ao presidente da República, declarou que é necessário dar um aparelho mais amplo ao sistema de seleção de pessoal, que lhe permita mesmo atender a todas as exigências [sic] do país em matéria de seleção, até mesmo em caso de mobilização civil à vista dos problemas mundiais, a que não podemos permanecer indiferentes¹⁷

O tratamento conferido pelo governo merece ser debatido, pois não pode ser interpretado como uma forma corriqueira de censura. À época da partida do Diretor do DASP para os Estados Unidos, o Brasil já rompera relações com os países do Eixo, de modo que algumas embarcações nacionais tornaram-se alvos de submarinos alemães e italianos.¹⁸ Logo, se a comissão de Braga estava ligada a assuntos de defesa nacional, expor tal finalidade na imprensa não apenas poderia colocar o sucesso da iniciativa em xeque, mas também soar como uma garantia do envolvimento militar brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Portanto, a omissão das informações mais delicadas a respeito das atividades de Braga nos Estados Unidos se fazia necessária.¹⁹ Ao longo de nosso levantamento não encontramos nenhuma produção jornalística no período de maio a dezembro de 1942 que abordasse os trabalhos que Braga desenvolveu na América do Norte.

¹⁶ Esse periódico gozava de menos prestígio que o *A Manhã*, porém, desempenhou importante papel em defender os projetos do Estado Novo. FERREIRA, M. de M. *A Noite*. In: ABREU, A. A. de. BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. T. de N. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

¹⁷ O sistema de seleção de pessoal. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 abr. 1942.

¹⁸ Sobre o tema, consultar: MONTEIRO, M. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Schoba, 2012.

¹⁹ Uma postura semelhante foi adotada pelo governo Roosevelt: de acordo com a pesquisadora Betty Houchin Winfield, as notícias e informações que poderiam colocar em risco a segurança nacional ou as estratégias do país durante a guerra eram censuradas pelo Estado. Conferir WINFIELD, B. H. *FDR and the News Media*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

A documentação resultante da comissão, por outro lado, revela que Braga, desde sua chegada aos Estados Unidos, teve a necessidade de estruturação do *front* doméstico de guerra como um dos princípios norteadores de seus trabalhos no exterior. Cabe lembrar que a viagem de Braga não constituiu um fato isolado nas relações Brasil-Estados Unidos daquele período. O governo Franklin Roosevelt (1933-1945) ficou marcado por uma nova postura diplomática com relação à América Latina: a Política de Boa Vizinhança. A bibliografia especializada concorda que esse conjunto de estratégias de política externa visava melhorar a imagem dos Estados Unidos perante as demais nações do continente americano, ao mesmo tempo em que buscava preservar e ampliar a hegemonia de Washington em uma área de influência considerada estratégica. Para tanto, a administração estadunidense utilizou-se de valores como a solidariedade pan-americana e promoveu uma série de medidas de aproximação, tais como acordos comerciais, tratados de cooperação militar, iniciativas culturais e intercâmbios.²⁰

A última estratégia assumiu grande importância, proporcionando um intenso trânsito de pessoas entre as nações latino-americanas e os Estados Unidos, que incluiu lideranças políticas, militares e do funcionalismo público, além de artistas, intelectuais e estudantes. Lourenço Filho, por exemplo, estivera naquele país entre 1934 e 1935. O caso brasileiro merece atenção, uma vez que Washington reconhecia o Brasil como um importante aliado em um cenário de guerra. Da mesma forma, o Estado Novo almejava o apoio

²⁰ Uma das propostas de campanha de Franklin Roosevelt à presidência era buscar uma reaproximação com a América Latina, muito embora não houvesse um plano de ações bem definido para atingir tal objetivo – as iniciativas foram delineadas ao longo de seu governo, conforme as mudanças no cenário político. A solidariedade interamericana se tornou uma das bandeiras da Política de Boa Vizinhança, juntamente com a defesa de projetos para o desenvolvimento das economias latino-americanas, os quais serviram de elementos idealistas para disfarçar os interesses pragmáticos dos Estados Unidos. Assim, para a maioria dos pesquisadores, a Política de Boa Vizinhança não representou uma ruptura definitiva nas relações de dominação existentes no continente americano, mas, uma nova roupagem do imperialismo estadunidense. Ver: CORSI, F. L. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000, p. 52-53; GELLMAN, I. F. *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 12-14; MOURA, G. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 40.

estadunidense para levar adiante alguns de seus mais importantes projetos desenvolvimentistas. Assim, os intercâmbios de pessoal foram essenciais na urdidura de significativos acordos firmados entre ambos os países, servindo também para a coleta de informações, o estabelecimento de redes de contatos e a difusão de uma imagem positiva dos Estados Unidos e dos valores do *American way of life*.

“Grande civilização que este admirável povo construiu”: Murilo Braga nos Estados Unidos

Braga, enquanto viveu nos Estados Unidos, manteve intensa troca de correspondências com autoridades brasileiras – notadamente com o presidente do DASP, Luís Simões Lopes. Suas cartas trazem informações diversas: além de demonstrar grande entusiasmo para com aquela nação, o diretor de seleção de pessoal se valeu das missivas para descrever suas atividades no exterior e esboçar ideias para a mobilização da população civil brasileira. Atualmente, esse material integra o Arquivo Murilo Braga, preservado pelo CPDOC.

As visitas técnicas de Braga foram acompanhadas pelas autoridades estadunidenses. Em uma carta enviada a Lopes, ao final de maio de 1942, ele informou que seu plano de atividades foi apresentado a Walter Walmsley Jr., chefe da *Division of Brazilian Affairs* do Departamento de Estado, e à Embaixada do Brasil em Washington – os representantes de ambos os órgãos se mostraram solícitos em auxiliá-lo na execução dos trabalhos. Os projetos estadunidenses voltados à “seleção de pessoal para as necessidades de guerra” constituíam o foco das ações, com destaque para as iniciativas da *Civil Service Commission*, do *Selective Service System* e da *Man Power Commission*.²¹

Os três órgãos destacados por Braga tinham atribuições bastante próximas daquelas desempenhadas pelo DASP, em especial, a *Civil Service*

²¹ BRAGA, M. [Carta] 22 mai. 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

Commission: tal instituição tinha por objetivo combater a troca de favores políticos na definição das pessoas que ingressariam no serviço público federal dos Estados Unidos, prezando pela seleção de nomes com base em questões de mérito.²² O *Selective Service System*, por sua vez, foi descrito por Braga como um sistema de mobilização que permitia qualificar pessoas segundo suas habilidades para então alocá-las em funções-chave na mobilização contra o avanço do Eixo.²³ *Man Power Commission*, por outro lado, parece ser a forma empregada por Braga para se referir à *War Manpower Commission* (WMC), agência criada por Roosevelt com a finalidade de distribuir de forma eficiente os trabalhadores estadunidenses segundo as necessidades da economia de guerra²⁴.

Braga ainda expressou interesse em conhecer outros órgãos públicos, além de universidades e instalações de empresas diretamente envolvidas com as ações de guerra, como a *General Electric*, a *General Motors*, a *Goodyear* e a *Kodak*. Para efetivar tais propostas, considerava necessário permanecer nos Estados Unidos por um período de seis a oito meses.²⁵ Lopes, por sua vez, considerou que tais expectativas constituíam um plano de trabalho “talvez desenvolvido demais para que possa ser integralmente coberto”.²⁶

Os projetos da *Civil Service Commission* e do *Selective Service System* foram os que mais atraíram a atenção de Braga. Ao longo de sua permanência nos Estados Unidos, ele coletou uma série de materiais produzidos por ambos os órgãos e esperava utilizá-los como base para auxiliar o governo brasileiro a

²² Vide SCHULTZ, D. A.; MARANTO, R. *The Politics of Civil Service Reform*. Nova Iorque: Peter Lang Publishing, 1998.

²³ BRAGA, M. [Carta] 29 mai. 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 5f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

²⁴ Ver: ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

²⁵ BRAGA, M. [Carta] 22 mai. 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

²⁶ LOPES, L. S. [Carta] 07 jun. 1942, Rio de Janeiro. [para] BRAGA, M., Washington. 2f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

delinear estratégias para programas de defesa, racionamento e organização da mão-de-obra civil em caso de envolvimento no conflito.

Por ocasião da entrada do Brasil na guerra, em agosto, Braga escreveu a Lopes encorajando a instalação, no país, de um *Selective Service System* aos moldes estadunidenses. A missiva revela não apenas sua admiração pelas iniciativas estrangeiras, mas também sua forte inclinação para o pragmatismo tecnicista. Segundo Braga, a organização do *front* interno brasileiro deveria levar em consideração a importância de manter os chamados “homens críticos” no desempenho de suas funções. Tal grupo correspondia aos trabalhadores considerados essenciais em setores-chave da economia, como indústria, agricultura, serviços públicos, comércio, transportes e comunicações. Na visão do diretor do DASP, a convocação indiscriminada de homens para o serviço militar causaria grandes danos à economia e ao próprio programa de mobilização doméstica.²⁷

Os “homens julgados dispensáveis”, por outro lado, estavam aptos a cumprir com suas obrigações junto às forças armadas. A fim de evitar um esvaziamento do mercado de trabalho, Braga atestou a importância de substituir o contingente de “homens dispensáveis” por mãos-de-obra feminina ou jovem. Sugeriu, para tanto, que o Estado Novo promovesse cursos profissionalizantes de curta duração para mulheres e cursos técnicos para estudantes secundários com idades entre 16 e 19 anos. Braga defendeu ainda que o governo deveria servir de “exemplo” aos demais setores da sociedade, ampliando a jornada de trabalho diária do funcionalismo público e dando início à transferência de pessoal como forma de atender às necessidades do país diante do envolvimento na guerra.²⁸

Ao final de setembro, Braga sugeriu a implementação de outro projeto de inspiração estadunidense: a criação de um *roster* – termo em inglês que pode

²⁷ BRAGA, M. [Carta] 23 de agosto de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

²⁸ BRAGA, M. [Carta] 23 de agosto de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

ser traduzido como ‘lista’ ou ‘registro’ – de pessoal científico e especializado, o qual seria organizado conforme as demandas do governo brasileiro. Tendo por base as experiências dos centros de seleção de pessoal e de recrutamento militar estadunidenses, Braga assinalou que a iniciativa permitiria ao Estado Novo encontrar formas eficientes para a alocação de mão-de-obra em todo o país.²⁹

Além dos órgãos voltados para atividades de organização da mão-de-obra no *front* interno estadunidense, Braga demonstrou grande interesse pelos projetos do *Office of Education*, instituição responsável, entre outras atribuições, pela produção de material educativo com temas relacionados ao conflito e pela realização de cursos técnicos e de treinamento vocacional para aperfeiçoamento de mão-de-obra. Escrevendo a Lopes no mês de maio, Braga aventou a importância do uso de cartilhas e manuais estadunidenses para auxiliar a estruturação dos projetos de mobilização brasileiros. Além disso, mencionou estar debatendo com o órgão a possibilidade de adaptar filmes educativos voltados ao ensino profissional e divulgá-los ao público do Brasil por meio de ações do DASP e do Ministério da Educação e Saúde Pública.³⁰

A coleta de materiais educativos foi uma das principais ações de Murilo Braga no estrangeiro. Em diversas de suas missivas, ele assinalou a importância de adquirir tal produção e descreveu seus esforços para enviá-la ao Brasil. Em carta destinada a Simões Lopes, Braga afirmou que o governo Roosevelt vinha produzindo um grande volume de publicações que poderiam auxiliar o Estado Novo em diversos projetos e mostrou-se consternado com o fato de que a Embaixada do Brasil em Washington não havia dado a devida importância ao material. Para o diretor do DASP, os estadunidenses já haviam encontrado a

²⁹ BRAGA, M. [Carta] 20 de setembro de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 3f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

³⁰ BRAGA, M. [Carta] 29 de maio de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 5f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

solução para diversos problemas da realidade brasileira – bastava seguir a receita importada a fim de se alcançar o mesmo resultado.³¹

Em junho, Lopes comunicou que Oswaldo Aranha intermediara as discussões para que a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, localizada em Nova Iorque, colocasse à disposição de Braga um montante de 20:000\$0 para a aquisição de publicações e outros materiais educativos.³² Aranha, então ministro das Relações Exteriores, era um reconhecido americanófilo e desde os anos 1930, período em que atuou como embaixador brasileiro em Washington, vinha empreendendo esforços em favor de uma maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos³³. Dez dias após o aviso, o diplomata Fernando Lobo, que atuava em Washington, escreveu à *Collector of Customs* pleiteando facilidades na liberação das bagagens de Braga e de outros agentes brasileiros que vinham coletando materiais sobre a mobilização interna estadunidense.³⁴

As missivas legadas pelo diretor de seleção de pessoal do DASP nos revelam que as produções bibliográficas, imagéticas e audiovisuais enviadas ao Brasil tratavam de temas diversos, tais como organização das instituições governamentais, mobilização da população civil, segurança nacional e alistamento militar. A documentação disponível no Arquivo Murilo Braga, todavia, não nos fornece informações sobre a utilização desses materiais em território nacional.

O interesse pelas produções mencionadas acima pode ser explicado pela admiração que o diretor de seleção de pessoal do DASP nutria pelos Estados Unidos. Braga constrói uma imagem bastante idealizada daquele país ao longo de sua troca de correspondências. “Grande civilização que este admiravel [sic]

³¹ BRAGA, M. [Carta] 22 de maio de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

³² LOPES, L. S. [Carta] 30 de junho de 1942, Rio de Janeiro. [para] BRAGA, M., Washington. 2f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

³³ Sobre a trajetória de Oswaldo Aranha, conferir: HILTON, S. E. *Oswaldo Aranha: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

³⁴ LOBO, F. [Carta] 10 de setembro de 1942, Washington. [para] COLLECTOR of Customs, Washington. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

povo construiu. [...] Eles não discutem a guerra, mas trabalham para vencer a guerra!”, escreveu a Paulo Vidal, seu colega de serviço público, em maio de 1942.³⁵ Para o diretor do DASP, todos os esforços de Washington para alcançar a vitória sobre o Eixo eram pautados em decisões racionais, cujos desdobramentos seriam controlados de acordo com os interesses do governo. Ao tratar da escassez de produtos essenciais, como a gasolina, afirmou: “a questão está sendo resolvida com grande serenidade e precisão”.³⁶

A correspondência de Braga em posse do CPDOC não menciona, por exemplo, os problemas enfrentados pelos Estados Unidos na organização do *front* doméstico, como o desabastecimento interno, programas de mobilização ineficientes ou a supressão de direitos trabalhistas. Cabe destacar que essas adversidades já vêm sendo estudadas há pelo menos quatro décadas por uma historiografia especializada, a qual constatou que tais dificuldades geravam críticas tanto por parte de segmentos da população civil, quanto dos círculos políticos e militares da época.³⁷

A admiração pelos Estados Unidos é um dos elementos que nos ajuda a compreender a postura de Braga, porém, não devemos desconsiderar o fato de que sua viagem oficial foi acompanhada de perto por autoridades estadunidenses, que interferiram de forma decisiva sobre as atividades da comissão brasileira. Levando-se em consideração que o governo Roosevelt almejava difundir uma imagem positiva do país aos seus ‘bons vizinhos’ latino-americanos, esconder ou amenizar os problemas do *front* interno fazia-se essencial para alcançar tal objetivo.³⁸ Por outro lado é possível que Braga tenha optado por omitir tais questões, uma vez que órgãos estadunidenses realizavam

³⁵ BRAGA, M. [Carta] 21/05/1942, Washington. [para] VIDAL, P., Rio de Janeiro. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

³⁶ BRAGA, M. [Carta] 29 de maio de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 5f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

³⁷ Sobre o tema, consultar: ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

³⁸ Ver: MOURA, G. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012; TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

uma análise das correspondências que deixavam o país, retendo as missivas que abordavam questões referentes à segurança interna³⁹.

É interessante observar que o discurso pró-estadunidense de Braga tem como contraponto um olhar negativo sobre o Brasil. Em suas cartas, o diretor do DASP segue um raciocínio contraditório, pautado na oposição entre um Estados Unidos desenvolvido e racional e um Brasil que ainda enfrentava uma longa caminhada rumo à ‘civilização’, embora vivenciasse importantes mudanças sob os auspícios de Vargas⁴⁰. Esse mesmo raciocínio era válido, na visão de Braga, no que dizia respeito à estruturação do *front* interno nacional: em julho de 1942, ele escreveu a Lopes assinalando que faltava ao governo brasileiro “*background* de experiência” para coordenar os projetos de mobilização nacional, uma dificuldade que apenas seria transposta caso o modelo importado dos Estados Unidos fosse seguido.⁴¹

O pragmatismo de Braga também é marcado por um forte anti-intelectualismo, conforme a definição empregada por alguns autores que se voltaram ao estudo do *front* doméstico estadunidense. Não se trata, pois, de um repúdio à intelectualidade de forma geral, mas de um posicionamento endossado por parte significativa dos círculos políticos e militares dos Estados Unidos à época: esses setores consideravam que o sistema educacional – sobretudo, as universidades – deveria subordinar suas atividades aos projetos de defesa nacional enquanto durasse a guerra. Os apoiadores de tal visão pressionavam as instituições educacionais para privilegiar cursos e pesquisas

³⁹ Convém destacar que as cartas de Braga passavam pelo crivo da censura estadunidense, conforme atestam as mensagens “For the censorship: Letter written in Portuguese”, presentes nos documentos. Sobre o tema, vide WINFIELD, B. H. *FDR and the News Media*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

⁴⁰ Cabe destacar que essa dualidade não era exclusiva do pensamento de Braga, tampouco estava restrita às interpretações referentes ao Brasil. João Feres Jr. assinala que, historicamente, o conceito de “*Latin American*” nos Estados Unidos se constituiu de modo a estabelecer o “oposto de uma auto-imagem glorificada da *America*”. Essa oposição assimétrica entranhou-se tanto na linguagem cotidiana, quanto na produção acadêmica estadunidenses da primeira metade do século XX, apagando a diversidade cultural latino-americana e fixando características negativas para esses países. FERES Jr., J. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 10.

⁴¹ BRAGA, Murilo [Carta] 15 de junho de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

científicas de aplicação imediata, em especial, no campo da indústria bélica. Concomitantemente, buscaram censurar as áreas de conhecimento cujos trabalhos poderiam suscitar críticas às autoridades, alegando tratar-se de um momento no qual inquietações sociais não poderiam ser permitidas.⁴²

O anti-intelectualismo aparece com maior força nas correspondências escritas a partir do mês de agosto, às vésperas da entrada do Brasil na guerra. Ao informar o chefe da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Jonas de Moraes Correia, a respeito da criação de um programa de intercâmbio de professores com o *Office of Education*, Braga salientou a importância de selecionar “pessoal moço e com boa formação intelectual”. Porém, foi bastante incisivo em assinalar “nada de estudos filosóficos. Tudo muito prático, muito objetivo e de acordo com as nossas prementes necessidades”.⁴³

A declaração de guerra, em 22 de agosto de 1942, reforçou a postura anti-intelectual do diretor de seleção de pessoal do DASP. Diante das necessidades de mobilização interna, Braga escreveu a Lopes que era necessário o governo privilegiar o bom funcionamento de cursos como “medicina, engenharia, química, agronomia e similares” – para ele, os estudantes dessas áreas eram “homens essenciais” para o bom funcionamento da economia brasileira.⁴⁴ As áreas de humanidades, ciências sociais e artes, por outro lado, foram tratadas como supérfluas e, tal qual alguns pensadores estadunidenses defendiam, consideradas perigosas para o ideal de unidade nacional:

Por que neste momento precisamos esquecer grego [sic] e latim e trabalhar laboriosamente para dar ao Brasil o nosso melhor esforço. Estão em jogo os interesses do Brasil e não os interesses das escolas pedagógicas ou orientações

⁴² ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994., p. 125-127.

⁴³ BRAGA, M. [Carta] 04 de agosto de 1942, Washington. [para] CORREA, J. M., Rio de Janeiro. 3f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

⁴⁴ BRAGA, M. [Carta] 23 de agosto de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

filosóficas. Devemos ter presente que só há uma filosofia – é a que o governo traça para dar o melhor esforço de guerra⁴⁵

Entre os meses posteriores à declaração de guerra, até o retorno ao Rio de Janeiro, Braga deu continuidade a seus trabalhos, realizando visitas técnicas e conferindo grande importância à coleta de materiais sobre a mobilização doméstica. A sistematização desses materiais, somada às experiências nos Estados Unidos e às convicções pragmáticas a respeito de como o Brasil deveria se organizar para o conflito, serviram de base para um projeto ambicioso de estruturação do *front* doméstico, que ele procurou colocar em prática no ano de 1943.

Os projetos para a mobilização do *front* interno brasileiro

Quando regressou ao Brasil, Murilo Braga encontrou um país em Estado de guerra – cenário bastante propício para que ele apresentasse ao Estado Novo seus projetos para a mobilização da população civil. Em 31 de dezembro de 1942, o diretor do DASP encaminhou a Simões Lopes um relatório intitulado “A mobilização de pessoal nos Estados Unidos”. Embora se trate de um documento de aproximadamente 80 páginas, a maior parte destas serve como um relato das experiências estadunidenses durante as Grandes Guerras Mundiais. Ao longo desse retrospecto, a visão pragmática de Braga novamente se sobressai: para ele, o governo brasileiro deveria espelhar-se nas iniciativas empreendidas pelos Estados Unidos, procurando reproduzir os acertos e aprender com os erros dos projetos realizados por aquele país.

Braga definiu a guerra moderna como “uma guerra de máquinas e especialistas” – os últimos denominados por ele como “homens-aptidão”. A fim de garantir o sucesso na frente de batalha, ele julgava necessária uma destinação eficaz da mão-de-obra em setores estratégicos do *front* doméstico, atentando para as “aptidões”, as “experiências” e a “inteligência” de cada

⁴⁵ BRAGA, M. [Carta] 23 de agosto de 1942, Washington. [para] LOPES, L. S., Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

indivíduo. Ao defender tal procedimento, criticou o voluntariado e a convocação indiscriminada como possíveis respostas aos problemas desencadeados pelo conflito, assinalando que, embora proporcionassem um maior número de pessoas interessadas em servir ao Brasil, nem sempre essas apresentavam as qualificações adequadas para ocupar postos de trabalho essenciais.⁴⁶ “O homem sem caracterização profissional, sem atividade profissional definida, muito pouco pode fazer”, asseverou.⁴⁷

Retomando uma argumentação presente em suas cartas, Braga assinalou que deveriam ser poupados do serviço militar todos os homens cujas atividades fossem consideradas essenciais para a economia de guerra. Entre os setores-chave, destacou indústria, agricultura, serviços públicos, saúde, segurança, além da produção de armamentos, máquinas, navios e aviões, entre outros relacionados aos interesses nacionais durante o Estado de guerra.

Somente a partir da seção “Possibilidades de aplicação no Brasil da experiência americana para controle dos recursos humanos”, iniciada na página 72, é que o diretor do DASP apresenta uma avaliação crítica das iniciativas promovidas nos Estados Unidos e oferece sugestões para a realidade brasileira. Braga considerou que o programa de mobilização civil estadunidense representava uma “solução técnica e dentro das realidades”, porém, estava permeado por problemas de ordem burocrática, entre os quais destacou a existência de instituições independentes voltadas a atingir os mesmos objetivos, a duplicação de trabalhos sem aplicação prática e a demora em se encontrar soluções eficazes para os problemas existentes.⁴⁸

⁴⁶ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 9 e 16. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁴⁷ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 11. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁴⁸ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 72. Centro de Pesquisa e Documentação de História

Braga acreditava que tais obstáculos estavam relacionados a “determinados problemas políticos” que não existiam no Brasil. Considerava, portanto, necessário promover uma simplificação do serviço burocrático e respaldar a centralização do poder decisório nas mãos de uma única pessoa.⁴⁹ Nesse sentido, é curioso observar que, apesar de sua admiração pelos Estados Unidos, Braga parece nutrir desconfiança com relação aos regimes democráticos. Para ele, apenas um governo forte e centralizador seria capaz de preparar a nação para enfrentar os problemas referentes à mobilização interna.

Entretanto, se o Brasil gozava de facilidades para mobilização no que dizia respeito ao regime político vigente, havia um problema maior, cuja solução não era simples, nem rápida: a ausência de mão-de-obra especializada para assumir os postos de trabalho de maior relevância em uma economia de guerra. De acordo com Braga, mesmo as iniciativas governamentais adotadas para o fomento do ensino técnico profissional eram incapazes de atender às necessidades do projeto brasileiro de mobilização interna. Diante de tamanho entrave, Braga defendeu a criação de um órgão dotado de poderes para lidar com a situação, o qual seria responsável por centralizar todas as questões referentes à participação da população civil no conflito.⁵⁰

Segundo Braga, a instituição a ser criada pelo governo deveria ter uma “visão do conjunto de todas as forças de produção e autoridade suficiente para

Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31. Pode-se dizer que Braga realiza uma avaliação acurada da burocracia estatal do governo Roosevelt. Adams assinala que o então presidente daquele país não hesitava em criar órgãos com atribuições semelhantes – e, até mesmo, concorrentes – a fim de alocar o maior número possível de membros de sua base de apoio político, mesmo que isso desembocasse em uma hierarquia caótica e, não raramente, ineficaz. Vide: ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

⁴⁹ ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

⁵⁰ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 73. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

decidir onde os recursos humanos [seriam] empregados”.⁵¹ Braga alertou que, caso faltassem tais características ao órgão, os problemas existentes não apenas persistiriam, mas desembocariam em novas adversidades.

Antes de apresentar sua alternativa para a realidade brasileira – a qual, nas palavras de Braga, “nada tem de original” por basear-se em experiências estrangeiras –, o diretor de seleção do DASP criticou as iniciativas de mobilização da população civil embasadas no ufanismo: “não basta que cada um deseje fazer a mobilização do pessoal, é preciso que um órgão [sic] supremo trace as normas de execução e de controle para que se consigam os objetivos visados”.⁵² Tais argumentações deixam transparecer o interesse de Braga em assumir o comando da organização.

Braga definiu que o programa brasileiro deveria orientar-se a partir de seis objetivos. As propostas expõem o raciocínio utilitarista do diretor de seleção de pessoal do DASP que, face à guerra, equipara os trabalhadores brasileiros a recursos que deveriam ser alocados conforme os interesses do Estado. O primeiro objetivo consistia na elaboração de um levantamento da mão-de-obra qualificada no país. Esperava-se, a partir dessa medida, estabelecer prioridades no direcionamento de profissionais para os setores econômicos e os centros populacionais cujas demandas eram mais urgentes. O levantamento deveria contabilizar tanto homens quanto mulheres, priorizando áreas como forças armadas, indústria de guerra, agricultura, administração e transportes.⁵³

⁵¹ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 73. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵² BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 73. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵³ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 73-74. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

Considerando os “limitados recursos técnico-profissionais” do país, Braga determinou que o segundo objetivo deveria consistir na elaboração de planos para “distribuição racional” da mão-de-obra qualificada. Para tanto, era essencial evitar o que chamou de “desperdício” na utilização desses profissionais, inclusive na esfera da administração pública. Outras estratégias sugeridas foram a criação de programas de treinamento intensivo para especialização na produção de guerra e o incentivo aos projetos de treinamento feminino, uma vez que caberia às mulheres ocupar postos essenciais no caso de os homens serem convocados para servir às forças armadas⁵⁴.

O terceiro objetivo compreendia a realização de um levantamento dos trabalhadores ainda não alocados nos setores-chave da economia de guerra, a fim de direcionar a mão-de-obra ociosa, bem como estabilizar os salários nessas áreas. Tais medidas tornariam possível combater a evasão, preservando os operários qualificados nos cargos considerados essenciais. Já os objetivos de números quatro e cinco referiam-se à necessidade da implantação de programas de treinamento profissional para, respectivamente, jovens entre 18 e 20 anos e mulheres.⁵⁵

Por fim, Braga propôs a criação de um cadastro nacional de pessoal técnico-científico, o qual funcionaria como um banco de informações e estatísticas a respeito da mão-de-obra disponível. O levantamento seria elaborado a partir de dados dos recenseamentos industrial, agrícola e administrativo; além de informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Concluído este sexto objetivo, o pessoal cadastrado poderia ser alocado de forma voluntária ou obrigatória, conforme os interesses

⁵⁴ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 74. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵⁵ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 74-75. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

do Estado.⁵⁶ A partir desse conjunto de orientações, defendeu Braga, não apenas as necessidades da economia de guerra seriam sanadas, como também seria possível conhecer melhor as potencialidades da mão-de-obra qualificada no país.⁵⁷

Braga apresentou quatro projetos para criação de um órgão estatal voltado à mobilização interna. O mais ambicioso consistia no Serviço Nacional de Seleção de Guerra (SNSG), agência autônoma cujo papel seria regular e distribuir recursos humanos nos setores essenciais da economia enquanto durasse o conflito. A instituição trabalharia em colaboração com a Coordenação da Mobilização Econômica (CME) e o DASP, além dos Ministérios da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura. Braga sugeriu a escalação de um nome “essencialmente executivo” para dirigir o órgão⁵⁸ – provavelmente, referindo-se a si próprio.

As demais propostas são menos detalhadas. A segunda sugestão era, aliás, bastante semelhante à primeira, pois compreendia a criação de um serviço regulador de prioridades profissionais e organização do cadastro de pessoal técnico e científico – diretamente subordinado ao presidente ou à CME. Novamente, Braga salientou a importância de o órgão atuar em parceria com os ministérios supracitados.⁵⁹ A terceira proposição é a mais tímida, uma vez que

⁵⁶ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 75-76. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵⁷ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 77/1-77/2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵⁸ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 77/1-77/2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁵⁹ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 77/2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

descreve, em poucas linhas, a criação de um serviço regulador de prioridades profissionais ligado à CME.⁶⁰ Por fim, havia a orientação para o estabelecimento de um cadastro de pessoal técnico e científico, subordinando ao presidente por intermédio do DASP, órgão que teria maior facilidade em traçar um plano para aproveitamento integral de recursos humanos.⁶¹

Durante nossa pesquisa, não encontramos, no Arquivo Murilo Braga, qualquer documento contendo a apreciação de Lopes sobre o relatório. A imprensa da época, por sua vez, nos fornece algumas pistas sobre a circulação do texto. Uma reportagem veiculada em janeiro de 1943 pelo *A Noite* informou que o relatório ainda seria apresentado ao presidente do DASP naquele mês, contudo, destacou que Braga já fora encarregado de preparar os planos e relatórios de mobilização interna “o quanto antes” para colocá-los em ação. De acordo com a notícia, o DASP avaliou a comissão dirigida por Braga nos Estados Unidos como:

[...] proveitosa não somente pela experiência e conhecimentos adquiridos e que muito facilitarão o estudo e a solução dos problemas de seleção de pessoal, assim como pelos preciosos elementos que coligiu relativos a medidas e providências adotadas, relativas a administração de pessoal.⁶²

Ainda durante o mês janeiro de 1943, Braga apresentou duas conferências a respeito da mobilização interna estadunidense. A primeira, intitulada “A seleção do pessoal no exército americano”, teve como público-alvo o alto escalão das forças armadas e foi proferida pela primeira vez na

⁶⁰ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 77/2-77/3. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁶¹ BRAGA, M. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório, p. 77/3. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.12.31.

⁶² O recrutamento do pessoal durante o estado de guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 09 jan. 1943.

Diretoria de Saúde do Exército⁶³ Segundo outra edição do periódico, ao longo daquele mês, Braga realizou quatro apresentações para os militares.⁶⁴ A segunda conferência foi patrocinada pelo DASP e recebeu o nome de “A contribuição da educação ao esforço de guerra”. A única apresentação foi realizada no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith ao dia 27 de janeiro.⁶⁵

Um trecho da segunda palestra evidencia os ideais pragmáticos de Braga. O Brasil devia, segundo ele, investir na formação de engenheiros, químicos, eletricitistas e outras atividades consideradas essenciais. Tal ação era vista como necessária tanto para alcançar a vitória, quanto para garantir o desenvolvimento econômico do país no futuro. Nesse sentido, Braga defendeu que a educação deveria ser uma doutrina:

Doutrina para fazer crer no Brasil; doutrina para dar ao Brasil seu proprio sangue [sic] nos momentos em que os destinos da Patria [sic] exigirem; doutrina para fazer crer nos postulados da Democracia; doutrina para fazer crer nos ideais americanos; doutrina, enfim, para a formação dum povo livre. E ainda será a educação que irá dar o teor do patriotismo, ensinando, doutrinando sacrificio [sic], o desprendimento, para que tenhamos a bravura do guerreiro, a pertinencia [sic] do trabalhador, a paciencia do sabio [sic], o devotamento do agricultor, a inflexibilidade do juiz e a serenidade do governante⁶⁶

Apesar da recepção aparentemente calorosa em ambas as palestras, os jornais da época noticiaram que Braga apresentou seu relatório a Vargas apenas em abril de 1943. Na ocasião, o diário *A Noite* chegou a reproduzir, na íntegra, a seção “Possibilidades de aplicação no Brasil da experiência americana para controle dos recursos humanos”, e descreveu o documento como “trabalho

⁶³ A seleção do pessoal no exército americano. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 09 jan. 1943.

⁶⁴ Convite. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 jan. 1943.

⁶⁵ Conferencias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 jan. 1943.

⁶⁶ O Brasil na guerra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 jan. 1943.

longo, rico de informações e senso prático, [contemplando] todas as facetas do momentoso problema”.⁶⁷

Novo silêncio se seguiu por parte da imprensa até o mês de julho, quando o *A Noite* anunciou que representantes dos Ministérios da Guerra e da Aeronáutica, da Marinha e do DASP formariam uma comissão técnica para debater o anteprojeto de decreto-lei para a criação do Serviço Nacional de Seleção de Guerra (SNSG). A reportagem adotou um tom bastante positivo, enfatizando a relevância do órgão para a participação brasileira na guerra:

Nesta hora em que todos os esforços nacionais se dirigem para uma campanha sem tréguas contra as atividades do Eixo, em que todas as forças da nacionalidade se reagrupam para a composição do “front” [sic] interno, a criação de um serviço dessa natureza será da maior significação para todos os brasileiros. A guerra em que estamos empenhados exige um esforço total nas fábricas, nos serviços públicos, nos estaleiros, nos quartéis, enfim, não há força viva no país que não seja chamada e até mesmo compelida a prestar sua tarefa no setor mais indicado.

[...]

A função do Serviço Nacional de Seleção de Guerra será antes de mais nada regular a permanência dos homens uteis nos postos onde mais se faça sentir a sua atividade, seja no quartel, no “front”, na oficina ou nas cidades. Evitará o afastamento dos elementos uteis na retaguarda e na produção de guerra, num trabalho seletivo racional e que dependerá do exame prévio dos que terão de servir em quaisquer setores que estejam empenhados no trabalho de guerra [sic]⁶⁸

O Serviço Nacional de Seleção de Guerra jamais chegou a se concretizar. Os jornais da época não publicaram quaisquer notícias sobre o balanço das atividades da comissão técnica. Também não há menções ao órgão no conjunto de decretos-leis aprovados durante o Estado Novo ou no Dicionário Bio-bibliográfico da Fundação Getúlio Vargas. Foi no Arquivo Nacional que encontramos um documento que nos ajuda a compreender tal situação. Trata-se

⁶⁷ Trabalho feminino na indústria de guerra do Brasil. *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 1 e 7, 07 abr. 1943.

⁶⁸ Para organizar a “retaguarda”. *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 1 e 3, 09 abr. 1943.

do voto do coronel Edgardino Pinto, oficial do Quadro de Estado Maior da Ativa e representante do Ministério da Guerra na comissão técnica.

É interessante observar que o coronel Pinto se posicionou de forma contrária à aprovação do anteprojeto e foi voto vencido; contudo, sua argumentação parece ter sido bem recebida por Vargas. As colocações do militar foram bastante enfáticas – em suas palavras, o SNSG seria “nocivo aos interesses nacionais”.⁶⁹ Para ele, o novo órgão não deveria ter funções executivas, mas normativas e de coordenação dos esforços empreendidos pelos ministérios militares e civis existentes.⁷⁰ Posteriormente, citou que outros membros das forças armadas já haviam declarado posição contrária à criação do SNSG, como o general Guedes Alcoforado, subchefe do Estado Maior do Exército.⁷¹ Pinto julgava que o projeto de Braga sugeria uma mera imitação dos programas estadunidenses, de tal modo que não oferecia:

[...] considerações particulares de situação, raça, meio, educação, costumes e tradição, assim como outros fatores de exequibilidade ligados, principalmente, à distribuição irregular da população no território nacional e às dificuldades de transportes e comunicações.⁷²

⁶⁹ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 1. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷⁰ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 1. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷¹ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 1. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷² PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 2. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

A fim de fundamentar sua crítica, o coronel comparou alguns dados a respeito das economias de guerra do Brasil e dos Estados Unidos, buscando evidenciar as diferenças existentes nos processos de mobilização civil de ambas as nações. Em sua opinião, a necessidade de mobilização industrial não tinha grande relevância para a economia brasileira, uma vez que se tratava de um país cujo processo de industrialização era recente. Ressaltou ainda que não havia nenhum setor comprometido diretamente com a guerra e que as maiores contribuições nacionais ao esforço de guerra dos Aliados estavam ligadas à exportação de produtos primários para abastecimento do mercado estadunidense. Portanto, uma intervenção do Estado não era urgente.⁷³

Outra incongruência, na visão do militar, dizia respeito à mobilização civil. Pinto argumentou que o número de combatentes no Brasil era de 500 mil, o que representava 1,19% da população. Um percentual tão pequeno não justificava os esforços da criação de um novo órgão. Além disso, julgava que o serviço militar brasileiro, por ser de caráter obrigatório, estava mais bem organizado que o estadunidense. O coronel afirmou ainda que o exército conhecia as habilidades específicas de cada soldado devido a levantamentos internos e que as forças armadas, a fim de melhorar esses índices, realizavam seus próprios cursos de preparação técnica.⁷⁴

De acordo com Pinto, o exército já contava com mecanismos para manter um cadastro atualizado dos homens aptos ao serviço militar, formulado a partir do alistamento obrigatório previsto pelo Regulamento do Serviço Militar – Decreto nº 15.934 de 1923, ainda em vigor durante o Estado Novo. Posteriormente, o Decreto-lei nº 1.187, de 1939, estabeleceu que escrivães e oficiais de cartório seriam responsáveis por comunicar as Repartições de

⁷³ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 3. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷⁴ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 3. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

Recrutamento a respeito dos jovens que completassem 18 anos ou do óbito de qualquer homem até 45 anos, tornando possível uma atualização constante dos dados. O Ministério da Justiça, por sua vez, encaminhava ao Ministério da Guerra as informações referentes aos cidadãos naturalizados brasileiros.⁷⁵

O coronel salientou que o Decreto-lei nº 1.187, de 1939 também previa que, durante os períodos de alistamento, as Repartições responsáveis promoveriam, entre outros levantamentos, a classificação dos convocados a partir de suas especialidades. Por meio dos dados coletados, cabia ao Poder Executivo determinar quais profissionais poderiam ser classificados como “excesso de contingente” e, assim, serem dispensados do serviço militar. Nesse sentido, argumenta Pinto, o alistamento obrigatório já estava organizado para não causar perturbações econômicas ao país, de forma que as acusações de Braga e seus apoiadores aos métodos adotados pelas forças armadas eram injustas.⁷⁶

Pinto afirmou que, em partes, o posicionamento dos homens favoráveis à criação do SNSG “nada [tinha] de extranhavel [sic]”, uma vez que alguns dos procedimentos de recrutamento eram mantidos sob sigilo por questões de segurança nacional. O coronel destacou que tais procedimentos estavam acessíveis “somente [a] poucas pessoas para isso qualificadas”⁷⁷. Recorrendo às “Instruções de Mobilização para as Circunscrições de Recrutamento”, documento secreto elaborado pelo governo, Pinto assinalou que determinações

⁷⁵ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 4-5. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷⁶ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 5-6. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷⁷ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 6. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

a respeito da manutenção de reservistas em postos de trabalho considerados essenciais em caso de uma guerra já estavam previstas.

As “Instruções” determinavam, por exemplo, que reservistas cujos empregos estivessem relacionados a funções em fábricas, repartições e serviços de utilidade pública teriam sua convocação adiada por um período determinado. Nesse ínterim, seria realizado um levantamento para que uma pessoa igualmente qualificada pudesse ocupar a referida função⁷⁸. Diante da impossibilidade de substituição ou quando considerado que a substituição poderia ser prejudicial aos serviços essenciais, o reservista passaria à categoria de “Destino Especial”, que garantia sua permanência no cargo.⁷⁹

De acordo com o coronel, havia uma ausência de técnicos e especialistas no Brasil. O exército mobilizara, até o período dos trabalhos da comissão, menos de 70 mil reservistas. Esse contingente incluía profissionais especializados que se enquadravam nas categorias de destino especial e de convocação adiada. Contrariando as colocações de Braga, Pinto assegurou que o número havia aumentado graças aos cursos de formação profissional realizados pelo exército.⁸⁰

Em algumas das passagens de seu voto contrário à criação do SNSG, Pinto ironiza a inflamada postura pró-americanista de Braga. Ele menciona, por exemplo, que muitos trabalhadores especializados vinham sendo contratados por empresas estadunidenses, causando desfalques à indústria nacional. Criticou também a ideia de que o Brasil contava com um grande número de profissionais

⁷⁸ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 6-7. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁷⁹ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 7-8. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁸⁰ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 9. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

qualificados. Essa mesma ironia, por outro lado, atesta a precariedade das condições de trabalho às quais boa parte da população brasileira estava submetida:

Constantemente, aqui no Brasil, denominamos a qualquer indivíduo técnico ou especialista, - embora a mais das vezes ele não passe, normalmente, de um simples curioso. [...] A grande massa de nossa população obreira muda constantemente de profissão e meio de vida, tentando a fortuna em vários deles e, de cada vez, considerando-se um técnico ou especialista, naquilo que no momento é sua atividade.⁸¹

Pinto reconhecia a ocorrência de falhas nos programas já existentes, porém, defendeu que a origem de tais problemas estava relacionada à falta de investimentos, estrutura, aparelhamento material e pessoal qualificado. Do mesmo modo, foi considerado que o SNSG se comportaria como uma instituição concorrente ao exército e aos outros órgãos de mobilização operantes, pois estaria encarregado dos mesmos trabalhos e competiria pelos mesmos recursos, além de lidar com uma série de problemas estruturais que já faziam parte do cotidiano dos demais órgãos. Em suas palavras, tratava-se de um projeto de:

[...] montagem custosa, difícil e demorada: custosa por exigir grande aparelhamento material e pessoal numerosíssimo e ainda mais especializado, que não possuímos no momento e cuja formação exigirá o afastamento de muitos elementos úteis ao esforço de guerra em outros setores, agravando mais a crise; difícil e demorado porque a vastidão do território, as dificuldades de comunicações e grande percentagem de analfabetos não permitirão um rápido registro e cadastro de toda população nacional [sic]⁸²

⁸¹ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 9. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97. Grifos presentes na publicação original.

⁸² PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 11. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro.

A única saída possível, na visão do militar, seria a criação de um SNSG para coordenar os elementos que interferiam no problema da mobilização interna, fornecer meios para o desenvolvimento dos órgãos de cadastro e registro já existentes e “a fixação de condições para cumprimento do trabalho compulsório masculino fora das forças armadas, e do feminino em todos os setores”.⁸³ Ao concluir seu voto, Pinto garantiu que a instauração de um novo órgão equivaleria a trocar “um sistema simples, prático, eficiente e já completamente montado” por uma “experiência temerária”, baseada em modelo “exótico” e pouco condizente com a realidade nacional.⁸⁴

Conclusão

Murilo Braga foi um homem fortemente influenciado pelas ideias de seu tempo. Pautado em um notável pró-americanismo, no pragmatismo e no utilitarismo, defendeu a adaptação dos programas de mobilização civil estadunidenses à realidade brasileira. Esperava, assim, criar um órgão capaz de mobilizar a mão-de-obra nacional para a economia de guerra de forma rápida e eficiente. Seu projeto, no entanto, jamais se concretizou. Algumas das razões desse desfecho estão relacionadas às raízes do próprio programa apresentado por Braga: as propostas do diretor do DASP exigiam grandes recursos financeiros, materiais e de pessoal para que o órgão entrasse em funcionamento. Recursos, os quais, eram escassos à época.

Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁸³ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 11. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

⁸⁴ PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943, p. 12. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

A indignação do exército com a criação de uma nova agência para atuar no processo de mobilização para a guerra – sentimento que emerge com destaque no voto do Coronel Edgardino Pinto – é essencial para que possamos entender o porquê de o governo abandonar a criação do SNSG mesmo após o parecer favorável da comissão encarregada de avaliar o anteprojeto de decreto-lei. As forças armadas constituíam uma das principais bases do Estado Novo e, embora as relações entre Vargas e os setores militares já apresentassem desgaste em 1943, o presidente reconhecia a importância daquele grupo para continuar no poder. Convém ressaltar que as discordâncias entre Braga e os representantes das forças armadas evidenciam uma competição entre os setores civis e militares que compunham a base do governo varguista.

Há ainda dois importantes elementos que devemos considerar. O primeiro diz respeito ao período em que o projeto do SNSG foi debatido. Em julho de 1943, os Aliados já haviam garantido a vitória na campanha da África, de modo que o Brasil começou a perder importância na frente de batalha. O governo Roosevelt procurou garantir que o país continuasse exportando aos Estados Unidos grandes volumes de bens-primários essenciais à indústria de guerra por preços abaixo dos índices praticados pelo mercado. Por outro lado, Washington relegou a um segundo plano muitos projetos de interesse do governo brasileiro, sobretudo, voltados à industrialização do país.⁸⁵

O segundo elemento diz respeito à maneira como Vargas procurou preservar sua base de apoio e dirigir os órgãos governamentais subordinados ao Poder Executivo. Ao longo de seu governo, o então presidente adotou uma postura centralizadora, buscando preservar o maior número de aliados possível, ao mesmo tempo em que se utilizava de cautela para não permitir que nenhum desses parceiros se tornasse uma ameaça à sua continuidade no poder.⁸⁶ Embora tivesse relativa projeção, Braga não era uma força política de grande peso e seu projeto exaltou os ânimos das forças armadas, o que provavelmente influenciou

⁸⁵ Ver: GELLMAN, I. F. *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 122-126.

⁸⁶ A respeito do tema, consultar: FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

a decisão de Vargas em não efetivar a criação do Serviço Nacional de Seleção de Guerra.

Entretanto, pode-se questionar se o presidente não interpretou o SNSG como uma ameaça aos seus próprios interesses, uma vez que criaria um órgão demasiado poderoso e capaz de conferir projeção política a Braga – que, segundo assinalado anteriormente, valia-se de argumentos nas entrelinhas de seu projeto para apresentar-se como o melhor nome para dirigi-lo. Cabe destacar que Vargas já havia reagido negativamente a um projeto de 1939, que previa o fortalecimento da Comissão de Defesa da Economia Nacional (CDEN), criada diante das necessidades de proteger a economia nacional diante da guerra.⁸⁷

Até o momento dos debates do anteprojeto realizados pela comissão, a principal instituição responsável pela mobilização do *front* doméstico era a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), diretamente subordinada ao Poder Executivo e então coordenada por João Alberto Lins de Barros, homem de confiança do presidente. A CME teve uma existência conturbada devido a problemas estruturais e disputas políticas, resultando em uma atuação aquém do esperado. Nesse sentido, é bastante improvável que Vargas aprovasse a criação do SNSG – ou, ao menos, que a aprovasse conforme todas as orientações de Braga.⁸⁸

Embora os esforços de Braga não tenham garantido a concretização do SNSG, sua trajetória no serviço público, sua estadia nos Estados Unidos e as ideias presentes em seu projeto nos ajudam a compreender as disputas políticas e culturais existentes no Brasil do Estado Novo. Ao final da guerra, Braga sucedeu Lourenço Filho na presidência do INEP, ocupando o cargo até sua

⁸⁷ LAMARÃO, S. Coordenação da Mobilização Econômica. In: ABREU, A. A. de. BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. T. de N. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coordenacao-da-mobilizacao-economica>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁸⁸ LAMARÃO, S. Coordenação da Mobilização Econômica In: ABREU, A. A. de. BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. T. de N. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coordenacao-da-mobilizacao-economica>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

morte e foi também conselheiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Faleceu no dia 29 de abril de 1952, em um desastre aéreo – na ocasião, viajava novamente aos Estados Unidos como representante do Serviço Social do Comércio (SESC)⁸⁹.

Referências

ADAMS, M. C. C. *The best war ever: America and World War II*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1994.

ARIENTI, D. P. *Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia: Trajetórias intelectuais, projetos políticos e função social da inteligência*. Florianópolis, SC: 2014. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História Cultural ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 abr. 2018.

CORSI, F. L. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERES Jr., J. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERREIRA, M. de M. A Noite. In: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. T. de N. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

⁸⁹ 50 VIDAS pedidas no mistério do “Presidente”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1952, p. 2.

GELLMAN, I. F. *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979.

GOULART, S. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HILTON, S. E. *Oswaldo Aranha: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

LAMARÃO, S. Coordenação da Mobilização Econômica. In: ABREU, A. A. de. BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. T. de N. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coordenacao-da-mobilizacao-economica>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MONTEIRO, M. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Schoba, 2012.

MOURA, G. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

SCHULTZ, D. A.; MARANTO, R.. *The Politics of Civil Service Reform*. Nova Iorque: Peter Lang Publishing, 1998.

SGANDERLA, A. P.; CARVALHO, D. C. de. L. F.: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, s/v, n. 26, p. 173-190, jun. 2008.

TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WARDE, M. J. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 3, n. 5, p.125-167, jan./jun. 2003.

WINFIELD, B. H.. *FDR and the News Media*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

Fontes

50 vidas perdidas no mistério do “Presidente”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1952, p. 2.

BACKHAUSER, Everardo. Admissão ao Instituto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1937, p. 6.

BRAGA, Murilo [Carta] 21 de maio de 1942, Washington. [para] VIDAL, Paulo, Rio de Janeiro. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 22 de maio de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 29 de maio de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 5f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 01 de julho de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 04 de agosto de 1942, Washington. [para] CORREA, Jonas Morais, Rio de Janeiro. 3f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 23 de agosto de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 4f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo [Carta] 20 de setembro de 1942, Washington. [para] LOPES, Luiz Simões, Rio de Janeiro. 3f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

BRAGA, Murilo. *A mobilização de pessoal nos Estados Unidos*. Relatório apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. por Murilo Braga, diretor da Divisão de Seleção. Rio de Janeiro, 1942. Relatório.

O Brasil na guerra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1943, p. 6.

CÂMARA, H. Revelação de administrador. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1937, p. 6.

Conferencias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1943, p. 6.

Convite. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1943, p. 3.

O "DASP" e a obra que êle vem realizando na seleção de novos valores brasileiros. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1942, p. 5 e 8.

LOBO, Fernando. [Carta] 10 de setembro de 1942, Washington. [para] COLLECTOR of Customs, Washington. 1f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

LOPES, Luiz Simões [Carta] 07 de junho de 1942, Rio de Janeiro. [para] BRAGA, Murilo, Washington. 2f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

LOPES, Luiz Simões [Carta] 30 de junho de 1942, Rio de Janeiro. [para] BRAGA, Murilo, Washington. 2f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Murilo Braga. Classificação: MB ap 1942.05.21.

No DASP. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1939, p. 12.

Para estudar os melhores métodos de escolha do pessoal administrativo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1942, p. 4.

Para organizar a "retaguarda". *A Noite*. Rio de Janeiro, 09 jul. 1943, p. 1, 3.

PINTO, E. de A. *Voto vencido do Cel. Edgardino Pinto - Representante do M.G. junto a Comissão de Técnicos do Serviço Nacional de Seleção de Guerra*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Seleção de Guerra, 1943. 16 fls. Arquivo Nacional. Fundo Góes Monteiro. Série 4 - Produção Intelectual de Terceiros. Subsérie 3 - Textos Diversos. SA 703. Microfilme: 051-97.

O recrutamento do pessoal durante o estado de guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1943, p. 8.

A seleção do pessoal no exército americano. *Diário de Notícias*, 09 jan. 1943, p. 3.

O sistema de seleção de pessoal. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1942, p. 4.

Terminado o grande concurso de escriturários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 set. 1940, p. 12.

Trabalho feminino nas indústrias de guerra do Brasil. *A Noite*. Rio de Janeiro, 07 abr. 1943, p. 1, 7.

Viajantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1942, p. 8.

Recebido em: 25 de maio de 2019

Aceito em: 03 de dezembro de 2019